



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - *CAMPUS* Governador Valadares

MACROECONOMIA II

Prof. Vinícius de Azevedo Couto Firme

Macroeconomia II:

Debates sobre Políticas Macroeconômicas

Capítulos 15 e 16



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - *CAMPUS* Governador Valadares

MACROECONOMIA II

Prof. Vinícius de Azevedo Couto Firme

Estrutura da Apresentação:

Cap. 15 – Políticas de Estabilização

Cap. 16. – Endividamento do Governo e Déficits Orçamentários



Cap. 15. Políticas de Estabilização

15.1 Política Ativa *versus* Passiva

- Os modelos IS-LM e *Mundell-Fleming* (cap. 10 a 12) indicam que as políticas monetárias e fiscais poderiam atenuar (ou mesmo evitar) crises e recessões.
- Porém, alguns economistas alegam que os *Policymakers* deveriam adotar uma postura **passiva** frente às crises. Tal grupo se apoia nos seguintes argumentos:

a) As defasagens das políticas Fiscais ($\uparrow DI$ e $\downarrow DE$) e Monetárias ($\downarrow DI$ e $\uparrow DE$) poderiam acentuar as oscilações econômicas (ao invés de reduzi-las).

a.1) Defasagem Interna (DI): intervalo entre o choque econômico (início da recessão) e a adoção de políticas.

a.2) Defasagem Externa (DE): intervalo entre a adoção de políticas e seu impacto na economia.

Nota: Pol. fiscal precisa ser aprovada no congresso ($\uparrow DI$), feito isto o efeito sobre Y é quase imediato (ex.: $\uparrow G \rightarrow \uparrow Y$ ou $\downarrow T \rightarrow \uparrow Y_d \rightarrow \uparrow Y$). Já a Pol. Monetária pode Δ *juros* com facilidade ($\downarrow DI$), porém o efeito do juro sobre Y é lento ($\downarrow i$ demora a $\uparrow I$).



Cap. 15. Políticas de Estabilização

- Os adeptos da **Política Ativa** não negam o problema gerado pelas defasagens, mas defendem que o uso de políticas Fiscais e Monetárias poderiam evitar o prolongamento das crises (evitando a histerese – Cap. 13).
 - Além disso, os “*Estabilizadores Fiscais Automáticos*” atenuariam as defasagens associadas às políticas fiscais (ex.: imposto progressivo e seguro desemprego) e funcionariam como “*políticas anticíclicas Keynesianas*”.
- b)** A falta de acurácia das previsões econômicas dificulta o uso de políticas ativas.
- Como há defasagens internas e externas, precisaríamos de boas previsões para antever o uso de políticas. Contudo, os indicadores e os modelos econométricos geralmente falham ao prever o comportamento econômico.

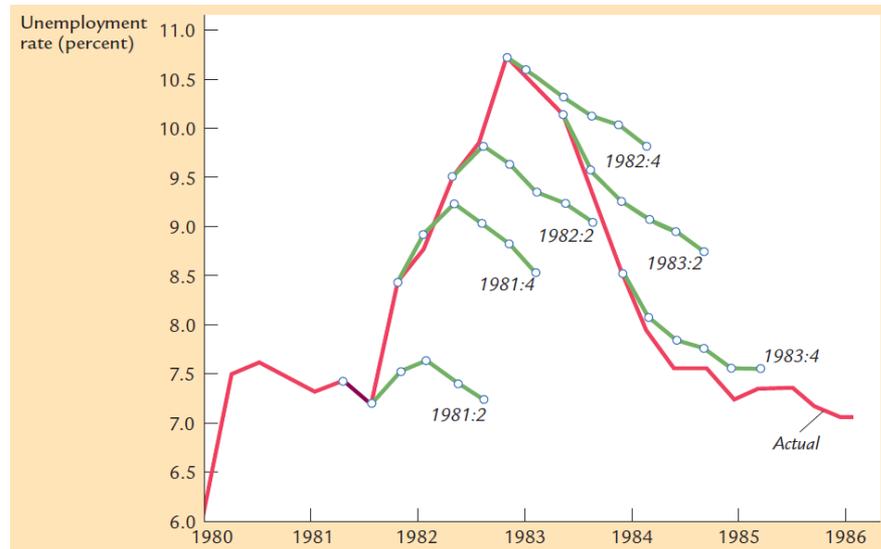
Nota: crises são, frequentemente, causadas por “choques” difíceis de serem previstos (Ex.: choques do petróleo, 73 e 79; Golpes de Estado; Guerras, etc.).

Nota: a crise imobiliária de 2008 não foi captada por nenhum indicador dos EUA (rever principais indicadores econômicos – Cap. 9).

Cap. 15. Políticas de Estabilização

Figura 6. Taxa de Desemprego prevista (verde) e verificada (vermelha) nos EUA entre 1980 e 1986

Nota: considerou-se a média de 20 instituições responsáveis pela realização de previsões econômicas nos EUA.



c) Ignorância, expectativas e a crítica de Lucas

- Segundo Lucas, a Economia é um ciência jovem e ainda está longe de ser completamente compreendida.

Nota: o surgimento formal da “Ciência Econômica” é atribuído ao livro *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith (1776).



Cap. 15. Políticas de Estabilização

- Lucas atribui boa parte dos erros de previsão à inclusão equivocada das expectativas dos agentes nos modelos econométricos tradicionais.
- Segundo este, o uso da “*expectativa adaptativa*” não capta as intenções reais dos indivíduos (que seriam mais racionais) e nos levam à previsões enganosas.

Ex.: Pode-se prever que $\uparrow u = 10\% \rightarrow \downarrow \pi = 4\%$ (base: expectativa adaptativa). Mas, caso Gov. anuncie um presidente do BC + conivente c/ $\uparrow M^o$, e os agentes forem racionais, o controle da π poderá sair + caro, pois haverá $\uparrow E\pi$ (rever Eq. 12). Neste caso, a previsão inicial estará equivocada.

d) O registro Histórico

- Alguns economistas defendem que a condução da política (ativa ou passiva) deve se basear na experiência histórica de cada região.

Ex.: opta-se pela política ativa (ou passiva) naqueles países onde seu uso foi historicamente eficaz.

- Contudo, muitas vezes, a história não encerra a discussão (é difícil definir a origem das flutuações econômicas).



Cap. 15. Políticas de Estabilização

Ex.: Crise de 29 (gerou interpretações ambíguas)

- i) Defensores de Política Ativa: crise ocorreu pois $OA > DA$. Logo, Gov. deveria $\uparrow G, \downarrow T, \uparrow M^o$ para estimular DA (hipótese tradicional, baseada no modelo IS-LM).
- ii) Defensores de Política Passiva: crise teve origem monetária. Para estes, o $\uparrow M^o < \uparrow Y^n$ ao longo dos anos. Como $M^o \bar{V} = PY$, houve $\downarrow P \rightarrow \downarrow Y$ (Hip. *Monetarista II* – Friedman: Seção 11.3, Cap.11). Logo, bastaria manter $\Delta M^o = \Delta Y^n$.

Nota: Políticas Ativas focam em resultados de C.P. (ex.: políticas fiscais/monetárias expansionistas visam $\uparrow Y_t$ e $\downarrow u_t$), enquanto as Passivas buscam a manutenção do equilíbrio natural de L.P. (ex.: $\Delta M^o = \Delta Y^n \rightarrow \Delta P = 0$ ou $\Delta G - \Delta T = 0 \rightarrow$ *equilíbrio fiscal*).

15.2 Condução de Políticas via Regras ou Discricionariedade

➤ A Condução via regra pode ser ativa ou passiva

- Casos: i) Política passiva: $\Delta M^o = \Delta Y^n = 3\% \text{ a. a.}$ (M^o apenas segue taxa natural de LP).
- ii) Política ativa: $\Delta M^o = 3\% + (u_t - 6\%)$, onde $u^n = 6\%$ (M^o depende de u_t e, portanto, afeta o equilíbrio de CP).



Cap. 15. Políticas de Estabilização

▪ Problemas das Políticas Discricionárias (casuísticas):

a) Desconfiança em relação aos *policymakers*

- Seriam oportunistas e incompetentes (problema do “ciclo econômico-político”: formuladores podem desejar “votos” acima do bem estar socioeconômico).

Ex.: $\downarrow G$ no início do mandato e $\uparrow G$ no final apenas para ganhar votos.

- Solução (polêmica): separar economia e política via orçamento equilibrado (reduz poder discricionário do *policymaker*)

b) Inconsistência temporal das políticas discricionárias

- Mesmo o formulador competente e bem intencionado teria vantagens ao agir sob regras (e não via discricionariade). Caso contrário, haveria perda de confiança.

Ex.: formulador quer $\downarrow \pi$ sem $\uparrow u$ (há boa intenção!). Logo, promete $\downarrow M^O$ a fim de $\downarrow E\pi$ e, assim, $\downarrow \pi$ (Eq. 12). Neste caso, não seria preciso $\downarrow M^O$ (visto que tal ação $\uparrow u$).



Cap. 15. Políticas de Estabilização

- Se tudo der certo, $\downarrow E\pi \rightarrow \downarrow \pi$ sem $\uparrow u$. O problema desta política (discricionária) é que seu êxito consiste em enganar os indivíduos (logo, haverá perda de credibilidade no Gov. em $t+1$), reduzindo sua eficácia ao longo do tempo.

Outros exemplos (Políticas casuísticas que seriam benéficas apenas no CP):

- a) Professor que diz adotar prova difícil para incentivar estudo (e aplica prova fácil);
 - b) País que pega dinheiro emprestados para não precisar $\downarrow G$ e $\uparrow T$ (e não paga).
- A adoção de regras elimina o problema da inconsistência temporal e minimiza a desconfiança em relação aos *policymakers* (Além disso, tende a inibir qualquer tipo de expectativa, favorecendo a redução das oscilações econômicas).

▪ Exemplos de Regras para as Políticas Monetárias

a) Regra de Política Monetária baseada em Y^n (passiva):

- Para os Monetaristas, boa parte das oscilações econômicas são oriundas de ΔM^o . Logo, propõem que: $\Delta M^o = \Delta Y^n = 3\% a. a.$ (19)



Cap. 15. Políticas de Estabilização

Crítica: como $M^o V = PY$, variações em V também gerariam oscilações que precisariam ser contrabalanceadas por ΔM^o .

b) Regra de Política Monetária baseada em Y_t (ativa):

$$\Delta M^o = 3\% - \beta(\Delta Y_t - 5\%) \quad (20)$$

➤ Neste caso, se $\Delta Y_t < 5\%$ (meta de crescimento), Gov. irá $\uparrow M^o$ para estimulá-lo.

c) Regra de Política Monetária baseada em π_t (ativa):

$$\Delta M^o = 3\% - \beta(\pi_t - 7.5\%) \quad (21)$$

➤ Assim, se $\pi_t > 7.5\%$ (meta de inflação), Gov. irá $\downarrow M^o$ para controlar π .

▪ Regras para as Políticas Fiscais

➤ As regras de política fiscal giram em torno do orçamento equilibrado (passiva):
 $G = T$ (atenuaria o problema do “ciclo econômico-político”).



Cap. 15. Políticas de Estabilização

Críticas:

a) Déficits e Superávits podem ser usados para estabilizar economia;

Ex.: *Estabilizadores fiscais automáticos* tendem a \uparrow déficit quando $\downarrow Y$ (\uparrow gastos c/ seguro desemprego e \downarrow arrecadação via IR).

b) Orçamento Equilibrado dificultaria o nivelamento tributário

➤ Como a arrecadação oscila conforme ΔY , a alíquota dos impostos precisaria \uparrow sempre que $\downarrow Y$ para manter equilíbrio nas contas públicas (e vice-versa).

c) Impossibilitaria onerar gerações futuras por gastos presentes (G_t)

Ex.: construção de hidrelétrica requer $\uparrow G_t$ e gerará energia por várias anos. Logo, pode ser justo que o $\uparrow G_t$ seja dividido entre a geração atual e as futuras. Neste caso: ($\uparrow G_t > \uparrow T_t$) \Rightarrow haverá déficit fiscal no período t .

Cap. 16. Endividamento do Governo e Déficits Orçamentários

- O déficit público ($G - T$) é um fluxo (mede a dívida gerada num determinado período). O total de déficits e superávits é denominado Endividamento Público (estoque).

16.1 O tamanho da dívida do Governo

- A dívida de um país é medida em termos do PIB. Em geral, relações Dívida/PIB:
 - Maiores que 100% são consideradas elevadas (ex.: Japão, Itália, Grécia, Portugal);
 - Entre 50% e 100% são consideradas moderadas (ex.: Brasil, Índia, Alemanha, EUA);
 - Menores que 50% são consideradas controladas (ex.: Rússia, Chile, Austrália, China).

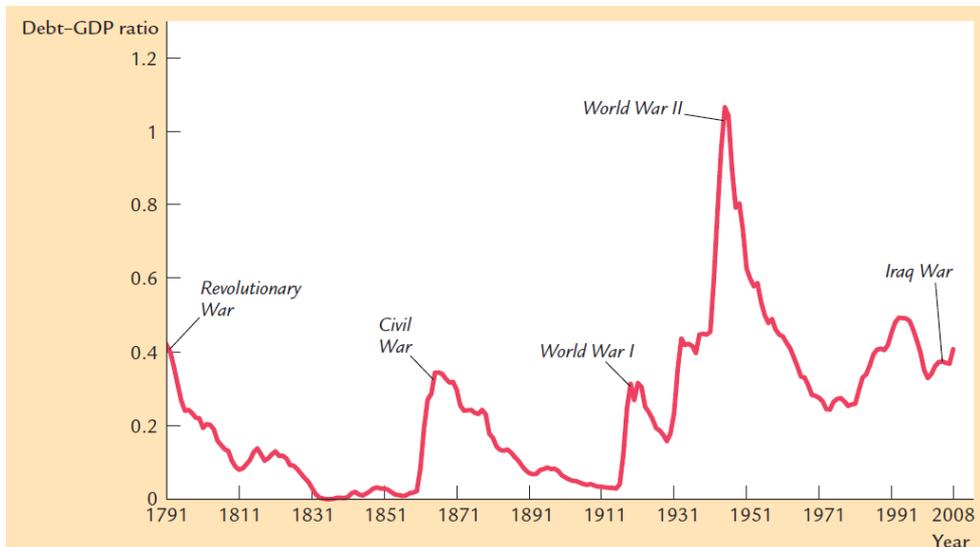


Figura 7. Relação Dívida/PIB dos EUA

Nota: Dívida do Gov. tende a ↑ em períodos de Guerras (gasto c/ material bélico) e Recessões (↓ arrecadação e ↑ transferências).



Cap. 16. Endividamento do Governo e Déficits Orçamentários

➤ Perspectivas p/o endividamento público no Longo Prazo (a questão demográfica):

- a) Taxas de Natalidade decrescentes
- b) Aumento da Expectativa de Vida

Problema: poucos jovens trabalhando e muitos idosos recebendo benefícios.

16.2 Problemas de Medição (associados ao déficit público)

A medição tradicional do déficit público ($G - T$) está sujeita a alguns problemas:

a) Inflação (π): o déficit público (DP), mensurado em termos nominais (e não reais), pode gerar interpretações equivocadas sobre a política fiscal.

Ex.: $G = 30$; $T = 10 \rightarrow DP = 20$. Porém, se $\pi = 100\%$, o DP em $t + 1$ será:
 $G' = 60$; $T' = 20 \rightarrow DP' = 40$.

Conclusão: $\uparrow \pi \rightarrow \uparrow DP$ nominal (não houve Δ na política fiscal. Logo, $\uparrow DP$ não é culpa do Gov).



Cap. 16. Endividamento do Governo e Déficits Orçamentários

b) Ativos de Capital: Forma tradicional de mensuração do DP não difere $\uparrow G$ em bens de capital e consumo.

➤ Defensores do “orçamento de capital” defendem que $\uparrow G$ em bens de capital não deveriam $\uparrow DP$ (ideia “ativo vs passivo” da Contabilidade).

Ex.: se Gov. adquirir imóvel de R\$ 1 milhão, o $\uparrow G$ não seria contabilizado como déficit público, pois o imóvel pode ser vendido, a qualquer momento, pelo Gov. pelos mesmos R\$ 1 milhão (riqueza do Gov. não \downarrow com o $\uparrow G$ em bens de capital).

➤ Na realidade, $\uparrow G$ em bens de capital pode até \downarrow dívida do Gov. no futuro.

Caso: Gov. dos EUA comprou ações (em baixa) de bancos privados para evitar falência do sistema financeiro em 2008. Após a crise, vendeu as ações (em alta).

Crítica: trata-se de uma forma mais complexa de medir o DP (é preciso definir o que é ativo e passivo).



Cap. 16. Endividamento do Governo e Déficits Orçamentários

c) Obrigações não contabilizadas: Aposentadorias e pensões de servidores públicos e trabalhadores privados (ainda ativos) não são incluídas na dívida do Gov.

Ex.: o servidor adquire, por lei, o direito à aposentadoria. Logo, Gov. contrai obrigação hoje que deverá ser paga no momento da aposentadoria ou morte do servidor (análogo à venda de títulos da dívida pública de LP – que são incluídos no *DP*).

Nota: economistas afirmam que o somatório das obrigações não contabilizadas (isto é: seguridade social) seria até 3 vezes maior que a dívida oficial do Gov. dos EUA.

d) Ciclos Econômicos: Estabilizadores fiscais automáticos (Impostos Progressivos e Seguro Desemprego) fazem o *DP* oscilar conforme os ciclos econômicos ($\downarrow Y \rightarrow \uparrow DP$).

Nota: Variações em *DP* oriundas de ΔY não refletem mudanças deliberadas na política fiscal (não seria culpa do Gov.).

➤ Para sanar este problema, sugere-se o uso do “*déficit orçamentário ciclicamente ajustado*” ou “*déficit orçamentário de Pleno Emprego*” (usa-se econometria para verificar apenas o efeito da Pol. Fiscal, sem a interferência do ciclo econômico).

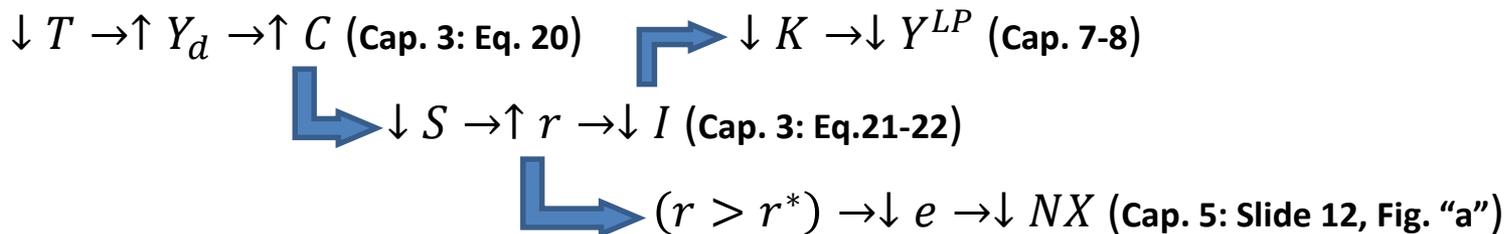


Cap. 16. Endividamento do Governo e Déficits Orçamentários

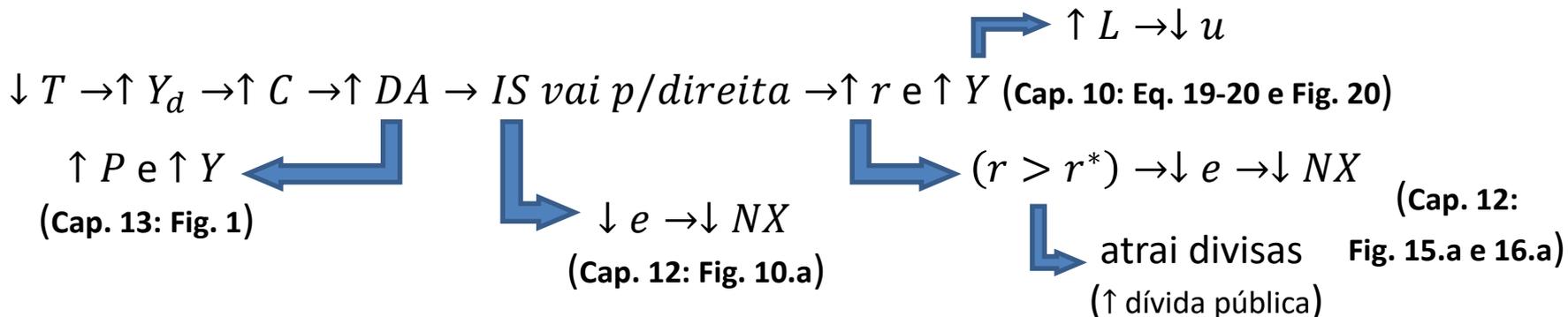
16.3 A abordagem tradicional para o Endividamento do Governo

- Partindo-se de um orçamento equilibrado ($G = T$) o que ocorreria se Gov. $\downarrow T$ [neste caso, $\downarrow T \rightarrow (\bar{G} > T) \rightarrow \text{déficit público}$]?

a) Efeito no Longo Prazo (Cap. 3 a 8): Demanda não afeta $Y^{LP} = Af(K, L)$.



b) Efeito no Curto Prazo (cap. 9 a 13): Demanda afeta Y^{CP} .





Cap. 16. Endividamento do Governo e Déficits Orçamentários

- Resumo dos Efeitos do Déficit Público ao longo do Tempo ($G > T$):

a) Curto Prazo: $\overset{\uparrow}{Y} = \overset{\uparrow}{C} + \overset{\downarrow}{I} + \overset{\downarrow}{\bar{G}} + \overset{\downarrow}{NX}$ ($\downarrow T$ produzirá $\uparrow P$ e \uparrow Dívida Externa e Interna)

Nota: na realidade, $I = f(\bar{r}, \overset{+}{Y})$. Como $\downarrow T \rightarrow \uparrow Y$ e $\uparrow r$, no curto prazo, o efeito sobre I dependerá da sensibilidade desta variável à ΔY e Δr (I poderia \uparrow).

b) Longo Prazo: $\bar{Y} = \overset{\uparrow}{C} + \overset{\downarrow}{I} + \overset{\downarrow}{\bar{G}} + \overset{\downarrow}{NX}$ [como $Y = Af(K, L)$, uma $\downarrow I \rightarrow \downarrow K \rightarrow \downarrow Y$].

16.4 A abordagem Ricardiana do Endividamento do Governo

- Na abordagem tradicional, o \uparrow do déficit via $\downarrow T \rightarrow \uparrow C$ no CP (pois haveria $\uparrow Y_d$). Contudo, $\downarrow T$ geraria \uparrow dívida pública (que precisaria ser paga algum dia via $\uparrow T$ ou $\downarrow G$).
- Logo, se agentes tiverem Perspectiva de Longo Prazo eles não $\uparrow C$ no CP, após a $\downarrow T$ (pois saberiam que T precisará \uparrow no futuro para pagar dívida gerada pela $\downarrow T$ de hoje).

Ex.: Seja $G = T = R\$100$ (orçamento equilibrado). Logo, se Gov. prometer $T = R\$30$ pelos próximos 10 anos, $G - T = R\$70$ (déficit anual). Para cobrir déficit, Gov. pode emitir título da dívida no valor de $R\$700$ (70×10 anos). Após 10 anos, Gov. precisará $\uparrow T$ ou $\downarrow G$ para quitar dívida.



Cap. 16. Endividamento do Governo e Déficits Orçamentários

- No exemplo anterior, haveria $\uparrow Y_d = 70$ a.a. (10 primeiros anos). Contudo, após 10 anos, haveria $\downarrow Y_d$ para quitar dívida gerada pelo Gov.
- Para manter o mesmo nível de consumo ao longo do tempo (evitando oscilações), agentes deverão poupar todo o excedente gerado pela $\downarrow T$ ($\uparrow S_{priv} = 70$ a.a.).
- Assim, $\downarrow T$ faria $\downarrow S_{pub} = \uparrow S_{priv}$. Logo, $S = \bar{S}$ (não haveria $\uparrow C$, nem $\uparrow r$ ou $\uparrow Y$): Neste caso, vale a **Equivalência Ricardiana** (política fiscal dificilmente afetará Y no C.P.).

Nota: $\downarrow S_{pub} (\downarrow T - \bar{G}) = \uparrow S_{priv} (\bar{Y} - \downarrow T - \bar{C}) \Rightarrow S = \bar{S}$ (juros não é afetado).

Outras questões sobre a Equivalência Ricardiana:

- A equivalência Ricardiana não elimina, por completo, o efeito da política fiscal sobre C . Bastaria que a $\downarrow T = \downarrow G$ (mantendo-se $T = G$) para que houvesse $\uparrow C$.
- Além disso, se Gov. $\downarrow T_t$ e houver crença de que $\downarrow G_{t+1}$, haverá $\uparrow C_t$. Logo, se gov. optar por não $\downarrow G_{t+1}$, o $\uparrow C_t$ irá $\uparrow Y_t$ (política fiscal ainda pode afetar Y).

Nota: na realidade, a crença de que $\downarrow G_{t+1}$ (mesmo com $T = \bar{T}$) já seria suficiente para $\uparrow C_t$.



Cap. 16. Endividamento do Governo e Déficits Orçamentários

Consumidores e Impostos Futuros

- A abordagem Ricardiana diz que os agentes consideram os impostos futuros (T_{t+1}) na hora de definir o consumo presente (C_t).

Ex.: indivíduos sabem que $\downarrow T_t$ via \uparrow déficit produzirá $\uparrow T_{t+1}$ (para pagar dívida).

- Contudo, os defensores da abordagem tradicional criticam a versão Ricardiana da seguinte forma:

a) Miopia: indivíduos não seriam tão racionais (não percebem que $\downarrow T_t$ via \uparrow déficit produzirá $\uparrow T_{t+1}$). Logo, $\downarrow T_t \rightarrow \uparrow C_t$, mesmo que houvesse \uparrow déficit.

b) Restrições à obtenção de Empréstimos: Mesmo que agentes soubessem que $\downarrow T_t \rightarrow \uparrow$ déficit, pode ser que o C_t (de pessoas que não conseguiam empréstimos) aumente.

Ex.: indivíduo não consegue empréstimo para realizar cirurgia importante e/ou trocar geladeira defeituosa. Logo, como $\downarrow T_t \rightarrow \uparrow Y_d$, é possível usar excedente para efetuar a cirurgia e/ou comprar o eletrodoméstico.



Cap. 16. Endividamento do Governo e Déficits Orçamentários

c) Gerações Futuras: Mesmo que agentes soubessem que $\downarrow T_t \rightarrow \uparrow$ déficit, pode ser que o C_t aumente (agentes podem pensar que pagamento da dívida ocorrerá em futuro distante. Podendo, portanto, ser repassado às gerações futuras).

Ex.: Gasto o excedente hoje ($\downarrow T_t \rightarrow \uparrow Y_d \rightarrow \uparrow C_t$) e deixo a dívida para os meus filhos e netos.

Contra-crítica (Ricardiana): Segundo Barro, a prática da “herança” mostra que pessoas definem C_t com base na “família” (coletivo) e não no “indivíduo”.

➤ Logo, mesmo que dívida gerada pela $\downarrow T_t$ comece a ser paga daqui a 50 anos não haveria $\uparrow C_t$ (pois isto deixaria meus filhos e netos mais pobres).

16.5 Outras perspectivas p/ o Endividamento do Governo (debates sobre a Pol. Fiscal)

a) Orçamento Equilibrado vs Política Fiscal Ideal

➤ Embora o orçamento equilibrado evite o endividamento e iniba o “ciclo econômico-político”, existem críticas à sua adoção:



Cap. 16. Endividamento do Governo e Déficits Orçamentários

- a.1) Impossibilitaria o uso dos estabilizadores fiscais automáticos;
- a.2) Alíquotas dos impostos precisaria \uparrow em períodos de crise (e vice-versa).
- a.3) Impossibilitaria onerar gerações futuras pelo consumo presente.

b) Efeito da Política Fiscal sobre a Política Monetária

- Déficits públicos ($G > T$) poderiam comprometer a Pol. Monetária, gerando $\uparrow P$, de 2 formas:

- b.1) Gov. poderia recorrer à “senhoriagem” para quitar déficits;
- b.2) Gov. endividado pode desejar $\uparrow P$. Assim, se $\pi > E\pi$, haveria um fluxo aleatório de renda que favoreceria os mutuários (endividados).

Nota: Mankiw afirma que os pontos b.1 e b.2 não são comuns à economias desenvolvidas (pois reconhecem que financiar déficit público via $\uparrow P$ é “mau negócio”).

c) O endividamento e o Processo Político

- Sem a obrigação do orçamento equilibrado, Gov. pode $\uparrow G$ apenas para ganhar votos. Logo, defende-se cautela no $\uparrow G$ (mesmo c/ ampla aprovação do congresso).



Cap. 16. Endividamento do Governo e Déficits Orçamentários

- Como as gerações futuras (que também pagarão pela dívida gerada hoje) não estão bem representadas no congresso (alguns nem nasceram!), poderia ser injusto $\uparrow G_t$.
- Alguns economistas defendem que $\uparrow G$ só seria aceitável em Recessões, Guerras ou quando o benefício gerado fosse visivelmente elevado.

d) A questão Internacional

- Déficits públicos podem afetar o papel de um país no cenário internacional.
Ex.: $\uparrow G$ ou $\downarrow T \rightarrow \downarrow S \rightarrow \uparrow r \rightarrow$ *atrai divisas* $\rightarrow \downarrow e \rightarrow \downarrow NX$ (\uparrow dívida e \downarrow participação no mercado externo).
- Parte do déficit acaba sendo paga via atração de divisas (ou seja, é preciso $\uparrow r$). Porém, $\downarrow NX$ e $\downarrow I$ (gerado pelo $\uparrow r$) podem $\downarrow Y$, gerando perda de credibilidade.
- Neste caso, poderia haver $\uparrow e^e \rightarrow$ *fuga de divisas* \rightarrow Gov. precisaria $\uparrow r$ ainda mais (para evitar fuga de divisas) \rightarrow recessão (Ex.: México, 1995).
- Além disso, países credores tem, historicamente, mais influência na política internacional [atual receio dos EUA (endividado) e esperança da China e Alemanha (Credores)].



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - *CAMPUS* Governador Valadares

MACROECONOMIA II

Prof. Vinícius de Azevedo Couto Firme

Referência

MANKIW, G. N. *Macroeconomia*. 7^a Ed. LTC. 2010.